

ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e que está anunciando para esta quinta-feira, dia 25, a divulgação de um Código Nacional de Defesa do Contribuinte.

Considero a atitude de salvaguardar os interesses e direitos do contribuinte brasileiro extremamente louvável e entendo que todos os partidos políticos devem compartilhar de tal disposição, procurando aperfeiçoar a atual legislação tributária e fiscal, a fim de garantir que o cidadão que paga tenha amplo direito de defesa e, principalmente, evitar que o contribuinte seja execrado antes mesmo de ser considerado culpado no processo que é movido pelo Fisco.

No entanto, preocupa-me o fato de que o partido político que anuncia – com grandes efeitos na mídia televisiva do País – a apresentação de um Código de Defesa do Contribuinte é o mesmo que aqui nesta Casa vota, fielmente e de forma uniforme, o aumento de impostos e a perpetuação de contribuições que atingem diretamente o bolso do contribuinte brasileiro.

Não foram os partidos de oposição, como o PDT, que votaram a favor da manutenção e perpetuação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF, criada e transformada em definitiva, inclusive com o aumento do seu percentual, com o voto dos partidos que dão sustentação ao Governo, os chamados partidos governistas.

É preciso que a sociedade brasileira esteja atenta para não ser iludida com histórias fantasiosas e que não condizem com a prática desenvolvida na vida política do Congresso Nacional.

Ao invés de criar um Código de Defesa do Contribuinte, esse partido governista deveria, antes, lutar pela redução da carga tributária, desonerando as empresas, os contribuintes e os setores produtivos do País.

Urge que todos os Parlamentares desta Casa estabeleçam como prioridade a busca de mais benefícios sociais para a sociedade brasileira e a aprovação de uma legislação tributária que não sobrecarregue o contribuinte. Este é o grande desafio que se impõe ao Parlamento brasileiro!

Concluindo, Sr. Presidente, ratifico o meu apoio às propostas que visam defender os direitos dos contribuintes brasileiros. Porém, não posso dissociar essa proposta da idéia de redução dos tributos. É fundamental defender as prerrogativas e os direitos sagrados do contribuinte, mas é também essencial aliviar o peso da carga tributária imposta a toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e

Srs. Deputados, não pretendo deixar passar a oportunidade de fazer um registro que se poderia classificar de quase autocongratatório, não à minha pessoa, e sim à instituição a que pertencço e cujo conceito estarei sempre contribuindo para elevar.

Trata-se, Sr. Presidente, do reconhecimento ao trabalho altamente meritório, audacioso, equilibrado e responsável que vem realizando nesta Casa a CPI do Narcotráfico.

Com efeito, o desempenho dessa Comissão é emblemático de um novo tempo na história do Parlamento brasileiro. Pode-se mesmo afirmar, Sr. Presidente, que estamos diante de um enfoque inédito na conceituação e na abordagem das atribuições e compromissos assumidos pelos Parlamentares perante a opinião pública do País.

Evidentemente, o objeto da CPI, em boa hora instituída à luz de um verdadeiro clamor da população brasileira – clamor este, aliás, que é também reflexo do que ocorre em outros países –, é dos mais delicados e resvaladiços. O tráfico de drogas, no mundo globalizado em que vivemos, é hoje um fenômeno que assusta e desafia. Ele vai ganhando proporções de tal magnitude que chega a fugir ao controle da autoridade estatal, até mesmo por implantar, em alguns casos extremos, o que se convencionou denominar de “poder paralelo”.

Por essa dimensão e nível de profundidade, o narcotráfico também fincou suas raízes e plataformas no território brasileiro, cuja extensão e condições geopolíticas favoreceram a catalisação dos seus métodos e processos. Com isso, instaurou-se uma situação de crescente insuficiência por parte dos órgãos mais diretamente encarregados de combater essa atividade delituosa, tornada ainda mais fortalecida pelas suas múltiplas ligações com outras formas de crime e contravenção. E, como que num coroamento nefasto de todo esse contexto degenerativo, começaram a surgir indícios, muitos dos quais viriam a confirmar-se, da participação de Congressistas em tais atividades. Com respaldo nas denúncias que aportaram nesta Casa, inclusive as amplamente divulgadas pela mídia, é que foi instituída a CPI do Narcotráfico.

Nela, o que tem sobressaído com mais transparência é o firme propósito de elucidar os fatos que vierem a ser apurados de maneira abrangente e profunda, sem concessões corporativas e sem excessos de estrelismo pessoal. Pelo menos até agora – e há fundadas razões para se esperar que assim permaneça – essa função vem sendo exercida com rigor ético e objetivo nítido, qual seja o de colaborar com os

órgãos competentes da Justiça, fornecendo-lhes elementos suficientes para a tomada final de decisões.

Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Deputados, quando me referi ao aspecto quase inédito dessa Comissão de Inquérito, deixei implícito o caráter pluripartidário, ideológico e mesmo afetivo que ele comporta. Mas é preciso que se vá um pouco além, para ressaltar quão difícil é, em qualquer situação, a observância de isenção e neutralidade quando se trata de denúncias, acusações e comprometimentos que atingem os próprios pares e companheiros de instituição. É tarefa que requer um senso de equilíbrio capaz de evitar extremos, pautando-se o comportamento dentro de padrões de serenidade e descortino.

Pode-se avançar ainda mais, consignando que poucas são as corporações de classe, de profissão, de ofícios e representações as mais variadas cujos próprios componentes sintam-se psicologicamente liberados para a efetivação do inquérito, sobretudo quando este é feito sem sigilos e portas fechadas. A admissão dessas dificuldades, quase como regra geral, valoriza ainda mais o trabalho da Comissão do Narcotráfico.

Por último, Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Deputados, acrescento a este meu pronunciamento a repercussão, nada desdenhável e substancialmente favorável, que vem tendo, em meio à população nacional, o desempenho dessa CPI; repercussão, repita-se para enfatizar, de que esta própria Casa andava carecendo, no sentido de que sua imagem, tantas vezes justa ou injustamente questionada, seja resgatada e consolidada a confiança dos brasileiros que aqui orgulhosamente representamos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PPB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, peço autorização a V. Ex^a para fazer constar nos Anais desta Casa que, no último dia 24 de novembro próximo passado, o Sindicato Nacional dos Agentes de Inspeção do Trabalho – SINAIT empossou sua nova diretoria para o biênio 1999/2001. E por intermédio do seu Presidente, Sr. Carlos Alberto Teixeira Nunes, expressamos nossos sinceros votos de uma gestão repleta de sucesso, extensivos a toda a diretoria do Sinait.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Deputados, a Rádio Difusora de Manaus completa 51 anos de lutas, vitórias e muitos serviços prestados a Manaus, lutas, vitórias e conquistas que principiaram no talento do falecido Deputado Josué Cláudio

de Souza, que foi colega de meu pai na Assembleia e no Congresso e meu companheiro de Câmara Federal, que prosseguiram pela sagacidade e faro jornalístico do meu querido amigo Deputado Josué Cláudio de Souza Filho. Hoje, aliás, pode-se dizer que o futuro está garantido, pelos descendentes de Josué Filho, liderados pelo jovem valoroso que é Josué Cláudio de Souza Neto.

É impressionante, Sr. Presidente, a audiência da Difusora, com ênfase para as horas matinais. Chega a superar, nesse horário, as televisões e suas inúmeras e fortes atrações. Josué Filho, por exemplo, mantém programa diário, com participação expressiva do radialista Waldir Corrêa, seu lugar-tenente, que é ouvido por Manaus inteira e por grande parte do Amazonas.

A Difusora do Josué precursor começou com os recados familiares e comerciais para o interior; começou com a crônica diária desse saudoso homem público. Ele falava, todos os dias, pontualmente, às 12 horas. Emocionava a minha cidade. Atingia corações e mentes do meu povo.

Como Líder do Governo no Congresso Nacional, Sr. Presidente, sou obrigado a tratar, em boa parte do meu tempo de atuação, de temas nacionais. Tenho o maior orgulho, portanto, quando aparece a oportunidade de “cantar a minha aldeia” e ser universal por aí.

Falar da Amazônia e do Amazonas, para mim, não é ser paroquial, diga-se de passagem, porque não há assunto de maior relevo nacional do que esses. Eis aí, aliás, o objetivo que meu mandato se dispõe a cumprir: fazer da questão amazônica ponto nobre da agenda política brasileira.

Mas volto à Difusora, Sr^{tes} e Srs. Deputados, para reafirmar minha amizade a Josué Filho e seus familiares. Desejo vida longa a essa grande emissora e muitas felicidades pessoais, familiares e profissionais a todos que a tocam, a todos que nela labutam, a todos que não param de construí-la e renová-la.

Seus microfones são democráticos, seu cotidiano é fraterno. Josué, Fezinha, Carminha, Rai, são o espírito e o retrato da fraternidade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. GLYCON TERRA PINTO (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Deputados, nada é mais forte e poderoso em educação do que o exemplo. De fato, a força e o poder do exemplo dão a qualquer ato humano a qualificação do que se pode chamar de educativo ou deseducativo.

É o exemplo que dá a tônica do que há de sagrado nas relações humanas, como adulto-criança, adul-